COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 1.758, DE 2022

Estabelece penalidades administrativas à quem cometerem atos de descriminação as pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

Autor: Deputado JOSÉ NELTO **Relator:** Deputado MARANGONI

I - RELATÓRIO

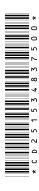
O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado José Nelto, estabelece penalidades administrativas a quem cometer atos de discriminação contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

Na Justificação, o nobre autor discorre sobre a realidade cotidiana de discriminação vivenciada pelas pessoas com TEA, que se manifesta de diversas formas — explícitas ou veladas — em variados ambientes, como escolas, ruas, restaurantes, ambientes de trabalho, entre outros. Argumenta que tais práticas discriminatórias têm efeitos devastadores para os indivíduos e suas famílias.

O autor ainda argumenta que, apesar dos avanços legislativos e da superação de preconceitos, persiste o desconhecimento generalizado sobre o autismo, o que gera comportamentos discriminatórios enraizados em estigmas. Diante disso, propõe a criação de mecanismos legais específicos de proteção e repressão a tais práticas.

A proposição tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, RICD), tendo sido distribuída à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), para exame do mérito, e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para se manifestar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do art. 54 do RICD.





A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.758, de 2022, e da Emenda nº 1 apresentada na Comissão, na forma de Substitutivo, conforme voto do Relator, Deputado Geraldo Resende. A emenda apresentada na Comissão e o substitutivo acrescentaram sanções mais rigorosas ao projeto, como o impedimento de licitar com o poder público, multa em dobro para reincidência e responsabilização individual de dirigentes de pessoas jurídicas.

Além disso, o substitutivo oferecido pela CPD suprime a previsão de valores monetários fixos em reais para as sanções pecuniárias, adotando como referência o salário-mínimo, em conformidade com o padrão estabelecido na própria Lei nº 12.764/2012, especificamente no art. 7º. Ademais, foram incluídos dispositivos que qualificam a responsabilidade de agentes públicos, preveem penalidades específicas para reincidência, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública (em harmonia com o art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 2021) e atribuem a destinação dos recursos arrecadados ao FUNDEB.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

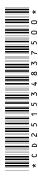
II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade ao que dispõe o art. 32, IV, "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões.

Quanto à constitucionalidade formal da proposição, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

As proposições em questão têm como objeto a previsão de penalidades administrativas por condutas discriminatórias contra





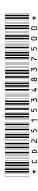
pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), matéria que se insere na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde, bem como proteção das pessoas com deficiência, conforme o disposto no art. 24, XII e XIV, da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do art. 61, caput, da Constituição Federal, e a matéria pode ser veiculada por meio de lei ordinária federal, não havendo exigência de lei complementar ou outro instrumento normativo.

No tocante à constitucionalidade material, o projeto e eu não violam quaisquer princípios ou constitucionais. Ao contrário, buscam dar concretude à proteção das pessoas com deficiência — assegurada nos arts. 1º, III; 3º, IV; 5°, caput e § 2° da Constituição Federal —, reforçando o comando constitucional de promoção da igualdade e da dignidade da pessoa humana. O conteúdo das proposições visa garantir repressivos educativos mecanismos е contra práticas discriminatórias em desfavor de pessoas com TEA, em consonância com o disposto na Carta Magna.

Em relação à juridicidade, as proposições são compatíveis com os princípios gerais do direito e respeitam o ordenamento jurídico vigente. Inovam no sistema legal ao prever medidas administrativas específicas de responsabilização e reparação frente a condutas discriminatórias, assegurando, nos procedimentos, o contraditório e a ampla defesa.

No que diz respeito à técnica legislativa, observa-se que a versão original do Projeto de Lei nº 1.758, de 2022, previa a criação de um diploma legal autônomo. No entanto, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), por meio de substitutivo aprovado, optou por promover alterações na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 — que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista —, de forma mais sistemática e adequada à técnica legislativa preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, além de corrigir diversas impropriedades e erros gramaticais na ementa e no corpo do projeto original.





Assim, desde que aprovado na forma do substitutivo da CPD, não se identificam vícios quanto à técnica legislativa e juridicidade.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.758, de 2022, e da Emenda nº 1 adotada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, na forma do Substitutivo aprovado por aquela Comissão.

Sala da Comissão, de

de 2025.

Deputado **MARANGONI**Relator



